



Sindsep/MA participa de Dia Nacional de Luta

O Sindsep/MA através dos diretores Marcos José Costa Ferreira (Comunicação), José Ribamar Figueiredo Nascimento (Assuntos Jurídicos e Institucionais) e Manoel Cecílio Monteiro Filho (Formação Política); e demais representantes de servidores públicos de todo o Brasil realizaram na manhã desta terça-feira, 14, movimentações no aeroporto de Brasília, como forma de pressionar os deputados a não aprovarem a PEC 32, e em seguida se concentraram no Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios e de lá, seguiram para a Câmara dos Deputados.

As entidades representativas dos servidores querem mostrar para a população que, se a PEC 32, que será analisada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados hoje, 14, amanhã 15 e 16, for aprovada, todos terão

prejuízos, os servidores e o serviço prestado à população.

Para o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, o momento é crucial. Ele explica que a pressão tem surtido efeito e parlamentares têm mudado 'o voto'.

“O fruto dessa Comissão é que vai pautar o debate no Plenário da Câmara, por isso é uma questão de honra conseguir uma avaliação contra a PEC na Comissão. A pressão, portanto é fundamental para conseguirmos barrar a PEC”, diz o dirigente.

Cenário político

Para o Secretário-Geral da Condsef, parlamentares “que têm consciência” e compromisso com o povo não votarão para destruir os serviços públicos. Mas, alguns,

de forma cega, “aprovam tudo o que vem do Palácio do Planalto”.

E Sérgio Ronaldo avisa que o tom da conversa será de alerta para as eleições de 2022. “Estamos dizendo aos deputados que se retirarem nossos direitos hoje, retiraremos deles a possibilidade de reeleição no ano que vem”.

E, por isso, para o dirigente, há expectativas de virar o jogo e conseguir barrar a PEC da reforma Administrativa.

Tramitação

No último dia 31 de agosto, o relator da proposta, Arthur Maia (DEM-BA) apresentou seu parecer favorável à PEC. Agora, a proposta será votada pela Comissão Especial da Câmara. Se aprovada, seguirá para votação no Plenário e, em seguida para o Senado.

Com informações repassadas pela CUT

Sindsep/MA realiza Simpósio Vida e Obra do Mestre Paulo Freire

O Sindsep/MA realiza amanhã, 15, o Simpósio Vida e Obra do Mestre Paulo Freire. O evento vai acontecer através do canal da entidade no Youtube - <https://youtu.be/1ELluFIQ2V4>.

A atividade terá como mediador João Carlos Martins - Membro do Conselho Superior do IFMA (Consup) e Diretor Administrativo e Financeiro do Sindsep/MA; e como palestrante Danilson Pinto - Educador Popular - Assessor no SINTEPE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco).



Proposta de acordo da Justiça não é aceita e greve dos Correios vai a julgamento

Terminou sem acordo a audiência de conciliação realizada nesta segunda-feira (13), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e as entidades sindicais que representam seus empregados. O dissídio coletivo será encaminhado, agora, para julgamento pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST.

Na última sexta-feira (10), o relator do caso, ministro Agra Belmonte, havia apresentado proposta de reajuste salarial de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a partir de agosto, com a aplicação do mesmo índice para as funções gratificadas. Ou seja, o que a Justiça propôs foi a simples correção da inflação, sem qualquer aumento real para os trabalhadores.

Ainda assim, a proposta foi rejeitada pela direção da empresa. Então, nesta segunda, o ministro acolheu, em parte, a contraproposta da estatal, para que a correção só fosse implantada ao longo de cinco meses, em três parcelas (50% em agosto, 25% em outubro e 25% em dezembro).

A ECT, ainda assim, rejeitou as cláusulas sociais da proposta, que contemplavam o acesso dos sindicalistas aos trabalhadores, a participação do sindicato nos processos administrativos disciplinares e a liberação com ônus de dirigentes sindicais.

Os representantes dos trabalhadores, por sua vez, questionaram o reajuste linear para as funções gratificadas e apontaram a disparidade salarial entre um carteiro, que ganha em média R\$ 2 mil, e cargos como o de advogado, cujo salário é de cerca de R\$ 20 mil, e o de presidente da empresa, que, segundo eles, recebe R\$ 55 mil.

Com o impasse, o ministro encerrou a conciliação e encaminhou o dissídio à SDC, que tem sessão ordinária marcada para a próxima segunda-feira (20). Até lá, ou até a data a ser definida para o julgamento, colocou-se à disposição da empresa e dos trabalhadores caso haja algum avanço nas negociações, abrindo a possibilidade de nova audiência.

Os principais pontos da proposta que estava na mesa nesta segunda são:

- ♦ Reajuste salarial de 100% do INPC retroativo a agosto de 2021 e aplicação do mesmo índice às funções gratificadas, com repercussão nas parcelas remuneratórias;
- ♦ Reajuste de 100% do INPC sobre o vale-alimentação, com inclusão de quatro folhas por mês quanto aos dias úteis;
- ♦ Acesso dos dirigentes sindicais aos trabalhadores por 30 minutos em horário de almoço, em dias pré-estabelecidos;
- ♦ Participação do sindicato nos processos administrativos disciplinares;

- ♦ Restabelecimento da cláusula 20ª do acordo coletivo de trabalho de 2019/2020, quanto à liberação com ônus de dirigentes sindicais.

Greve

No dia 17 de agosto deste ano, os empregados da ECT iniciaram uma greve, de âmbito nacional, visando às negociações das condições que irão reger a categoria após a vigência das normas definidas pelo TST, que expiraram em julho de 2020. Em 18/8, o ministro Agra Belmonte havia determinado a manutenção do contingente mínimo de 70% dos trabalhadores de cada unidade da ECT enquanto perdurasse a paralisação.

Os empregados também não poderiam impedir o livre trânsito de bens, pessoas e cargas postais nas unidades. No momento, segundo as entidades sindicais, o funcionamento é normal. Foi mantido, apenas, o estado de greve (mobilização).

No dissídio, a empresa pede a declaração da abusividade da paralisação e sustenta que, apesar do lucro de R\$ 1,5 bilhão, os prejuízos acumulados beiram R\$ 860 milhões. Para a empresa, a paralisação, nesse momento, seria “insensata”, pois pioraria seu cenário econômico, com estimativa de prejuízo diário de R\$ 4 milhões.

Fonte: CUT